



**SPE Concessionária do Aeroporto de
Ilhéus S.A.**

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

com Relatório dos Auditores Independentes

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023.

Índice

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balanços patrimoniais..... | 6 |
| Demonstrações do resultado | 7 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 11 |

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.
Ilhéus - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. (“Companhia”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir intitulada: “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia mantém em seu passivo circulante e não circulante recursos financeiros obtidos por meio da emissão de Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI) e debêntures. Essas operações, devido a sua característica, preveem cláusulas restritivas (“covenants”) relacionados a índices financeiros apurados a partir das demonstrações financeiras auditadas da FMFS Empreendimentos e Participações Ltda. (“FMFS”), acionista controlador da Companhia, e apresentadas ao Agente Fiduciário no prazo de 120 dias contados da data do término do exercício social. Embora a Administração tenha apresentado os controles de que os índices financeiros foram atingidos, as demonstrações financeiras da FMFS ainda estão sendo examinadas pelos auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando divulgando quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras—Continuação

- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

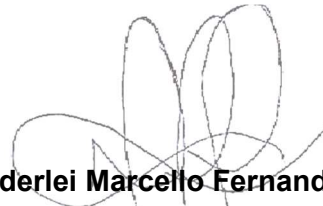
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria inclusive as eventuais deficiências importantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1



Henrique Silva Premoli
Contador CRC 1SP-250.993/O-6



Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

| Ativo | Nota | 2023 | 2022 | Passivo | Nota | 2023 | 2022 |
|-------------------------------|------|---------------|---------------|---|------|---------------|---------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 10.482 | 2.785 | Cessão de recebíveis imobiliários e debêntures | 11 | 6.788 | - |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 2.944 | - | Fornecedores | 13 | 4.587 | 278 |
| Contas a receber | 6 | 1.383 | 1.458 | Obrigações trabalhistas e sociais | 14 | 633 | 581 |
| Tributos a recuperar | 7 | 652 | 431 | Impostos e contribuições a recolher | 15 | 890 | 645 |
| Despesas antecipadas | - | 193 | 165 | Parcelamento de tributos | 16 | 420 | 502 |
| Créditos diversos | 8 | 147 | 317 | Obrigações com o poder concedente | 17 | 763 | - |
| | | 15.801 | 5.156 | Partes relacionadas | 18 | 175 | 19 |
| | | | | Adiantamento de clientes | - | 347 | 4 |
| | | | | | | 14.603 | 2.029 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Partes relacionadas | 18 | 4.578 | - | Cessão de recebíveis imobiliários e debêntures | 11 | 50.711 | - |
| Créditos diversos | 8 | 4.613 | - | Empréstimos e financiamentos | 12 | - | 12.960 |
| Imobilizado líquido | 9 | 1.623 | 1.837 | Obrigações com o poder concedente | 17 | 10.023 | 10.223 |
| Intangível líquido | 10 | 65.257 | 42.666 | Parcelamento de tributos | 16 | 1.010 | 1.282 |
| | | 76.071 | 44.503 | Partes relacionadas | 18 | - | 12.445 |
| | | | | Dividendos a pagar | 18 | 2.001 | 1.655 |
| | | | | Tributos diferidos | 23.2 | 804 | - |
| | | | | Provisão para demandas judiciais | 19 | 3 | - |
| | | | | | | 64.552 | 38.565 |
| | | | | Patrimônio líquido | | | |
| | | | | Capital social | 20.1 | 8.000 | 8.000 |
| | | | | Capital social a integralizar | 20.1 | (4.000) | (4.000) |
| | | | | Reserva legal | 20.2 | 516 | 287 |
| | | | | Reserva de incentivos fiscais | 20.3 | 1.645 | 999 |
| | | | | Reserva de lucros | - | 6.556 | 3.779 |
| | | | | | | 12.717 | 9.065 |
| Total do ativo | | 91.872 | 49.659 | Total do passivo e do patrimônio líquido | | 91.872 | 49.659 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

| | <u>Nota</u> | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|---|-------------|--------------|--------------|
| Receita operacional líquida | 21 | 38.596 | 30.866 |
| Custo serviços prestados | 22 | (31.480) | (22.083) |
| Resultado bruto | | 7.116 | 8.783 |
| Despesas administrativas e gerais | 23 | (383) | (769) |
| Outras despesas operacionais | - | (60) | 38 |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos | | 6.673 | 8.052 |
| Receitas financeiras | 24 | 948 | 326 |
| Despesas financeiras | 25 | (1.788) | (1.164) |
| Resultado financeiro líquido | | (840) | (838) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 5.833 | 7.214 |
| Imposto de renda e contribuição social - correntes | 26.1 | (452) | (1.468) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 26.2 | (804) | - |
| Lucro líquido do exercício | | 4.577 | 5.746 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Lucro líquido do exercício | 4.577 | 5.746 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente total | <u>4.577</u> | <u>5.746</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

| Nota | Capital social | Capital social a integralizar | Reservas | | | Lucros (Prejuízos) acumulados | Total |
|---|----------------|-------------------------------|---------------|-------------------------------|-------------------|-------------------------------|---------------|
| | | | Reserva legal | Reserva de Incentivos fiscais | Reserva de lucros | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 2.000 | - | 149 | 667 | 1.618 | - | 4.434 |
| Aumento de capital social | 20.1 | 6.000 | (4.000) | (149) | (667) | (1.184) | - |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 5.746 | 5.746 |
| Destinação para reserva legal | 20.2 | - | - | 287 | - | (287) | - |
| Destinação para reserva de incentivo fiscal | 20.3 | - | - | - | 999 | (999) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 20.4 | - | - | - | - | (1.115) | (1.115) |
| Destinação para reserva de lucros | | - | - | - | - | 3.345 | (3.345) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 8.000 | (4.000) | 287 | 999 | 3.779 | - | 9.065 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 4.577 | 4.577 |
| Destinação para reserva legal | 20.2 | - | - | 229 | - | (229) | - |
| Destinação para reserva de incentivo fiscal | 20.3 | - | - | - | 646 | (646) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 20.4 | - | - | - | - | (925) | (925) |
| Destinação para reserva de lucros | | - | - | - | - | 2.777 | (2.777) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 8.000 | (4.000) | 516 | 1.645 | 6.556 | - | 12.717 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|------|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 5.833 | 7.214 |
| Ajustes para reconciliação do fluxo de caixa | | | |
| Amortização e depreciação | | 1.429 | 1.390 |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) | | (172) | 359 |
| Provisão para demandas judiciais | | 3 | - |
| | | 7.093 | 8.963 |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| (Aumento)/diminuição dos ativos | | | |
| Contas a receber | | 247 | (452) |
| Tributos a recuperar | | (221) | 759 |
| Despesas antecipadas | | (28) | 234 |
| Outros ativos | | (4.443) | (174) |
| Aumento/(Diminuição) dos passivos | | | |
| Fornecedores | | 4.309 | (4.516) |
| Obrigações trabalhistas e sociais | | 52 | 22 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 245 | (401) |
| Adiantamento de clientes | | 343 | (63) |
| Passivo de arrendamento | | - | (15) |
| Outras contas a pagar | | - | (6) |
| Parcelamento de tributos | | (354) | (44) |
| Caixa gerado das atividades operacionais | | 7.243 | 4.307 |
| Imposto de renda e contrib social, pagos | | (452) | (1.468) |
| Caixa líquido gerado das atividades operacionais | | 6.791 | 2.839 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição de imobilizado | 9 | (134) | (1.177) |
| Aquisição de intangível | 10 | (23.109) | (12.919) |
| Títulos e valores mobiliários | | (2.944) | - |
| Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento | | (26.187) | (14.096) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Captação / (Amortização) de empréstimos e financiamentos | | (12.960) | 12.960 |
| Cessão de recebíveis imobiliários e debêntures | | 57.499 | - |
| Partes relacionadas | | (16.867) | 899 |
| Dividendos pagos | | (579) | - |
| Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento | | 27.093 | 13.859 |
| Aumento em caixa e equivalentes de caixa | | 7.697 | 2.602 |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 4 | 2.785 | 183 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 4 | 10.482 | 2.785 |
| Aumento em caixa e equivalentes de caixa | | 7.697 | 2.602 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

1. Informações gerais

A **SPE Concessionária do Aeroporto da Ilhéus S.A. (“Companhia”)** é uma Sociedade Anônima de capital fechado com sede na Cidade de Ilhéus, na Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n, localizada no Município de Ilhéus no Estado da Bahia.

A Companhia tem como objeto social a concessão dos serviços públicos para ampliação, gestão e manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Ilhéus, suas áreas e serviços à título de execução indireta.

O prazo da concessão patrocinada é de 30 anos com início a partir da data de eficácia em 03 de novembro de 2018.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos acionistas e diretores em 04 de abril de 2024.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) mesma moeda da preparação das demonstrações financeiras que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria: “avaliadas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)”.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

- **Julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

- **Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas com recebíveis, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais, estimativas da vida útil de determinados ativos não financeiros e outras similares.

Os resultados efetivos poderão ser significativamente diferentes destas estimativas e premissas em função do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD).

Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

- **Estimativas e premissas--Continuação**

- (ii) Demandas judiciais e riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras.

As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

- (iii) Amortização do ativo intangível**

O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida útil definida são revisados ao final de cada exercício social quando houver indicativo de “*impairment*”, mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização conforme o caso sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

3.4. Instrumentos financeiros

São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

- (i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados como mensurado: a Custo Amortizado (CA); Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial ou Valor Justo através do Resultado (VJR).

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos no caso de investimentos não designados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Passivos financeiros

São classificados como passivos financeiros a Valor Justo por meio do Resultado (VJR), empréstimos e financiamentos ou com derivativos classificados como instrumento de hedge conforme o caso.

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e no caso de empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

3.5. Ativos intangíveis

- **Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)**

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão a Companhia atua como prestadora de serviços construindo e ampliando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) e a SPE Concessionária do Aeroporto da Ilhéus S.A. prevê uma outorga a ser paga ao poder concedente e a cobrança pela concessionária de tarifas a serem pagas pelos usuários do Aeroporto de Ilhéus.

O contrato prevê também que extinta a concessão retornam automaticamente ao poder concedente os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão.

Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Ativos intangíveis--Continuação

- **Contratos de concessão de serviços – direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1)--Continuação**

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

- **Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo.

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Ativos e passivos contingentes

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas.

3.8. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Incentivos fiscais – subvenção governamental

A partir 01 de janeiro de 2021 a Companhia passou a ser beneficiária de incentivo fiscal obtido por redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros da exploração por possuir projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos localizados e em operação na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Os saldos deste incentivo foram registrados no resultado da Companhia, no grupo do imposto de renda corrente conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 23. Em contrapartida, esses valores foram reconhecidos na reserva de lucros à conta de “Incentivos fiscais” no patrimônio líquido.

3.11. Obrigações com poder concedente

A outorga de concessão estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$ 20.101 a ser pago Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (AGERBA) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira vencerá 5 anos após a data do início do contrato.

A contribuição fixa está registrada sob a denominação: “Obrigações com o poder concedente” no passivo não circulante considerando os prazos de liquidação superiores ao prazo de 1 ano descontados a valor presente e amortizados pelas liquidações financeiras.

O Ajuste a Valor Presente (AVP) da outorga foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5,5% a.a. estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga e baseada nas taxas de longo prazo praticadas no mercado no período compreendido não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

3.12. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

3.13. Receita operacional

As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Receita operacional--Continuação

A seguir estão apresentados os principais tipos de receita obtidos pela Companhia:

(i) Tarifas Aeroportuárias

A Companhia atua na qualidade de agente intermediador na operação do terminal aeroportuário executando a cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros.

(ii) Prestação de serviços em aeroportos

A Companhia atua na qualidade de administradora de aeroportos e outras atividades.

(iii) Receita de locação

A receita de locação é decorrente de contratos de aluguéis com as empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados no aeroporto e reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

(iv) Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração: por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro) ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível).

Para essa última modalidade a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado.

Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre parcelamentos fiscais, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

3.15. Arrendamentos

A Companhia avalia na data de início do contrato se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Na data de início do arrendamento a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo substancialmente pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

3. Principais políticas contábeis materiais--Continuação

3.15. Arrendamentos--Continuação

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a Companhia usa uma taxa implícita encontrada com base na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Também se aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 ou após

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2023 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2023 | 2022 |
|----------------------|---------------|--------------|
| Caixa | 1 | 1 |
| Bancos | 3.086 | 73 |
| Aplicação financeira | 7.395 | 2.711 |
| | 10.482 | 2.785 |

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Títulos e valores mobiliários

| | 2023 | 2022 |
|------------------------------------|--------------|-------------|
| Saldo em conta e aplicações em CDB | 2.944 | - |
| | 2.944 | - |

Referem-se a saldo em conta corrente e aplicações financeiras de renda fixa, remuneradas às taxas próximas a variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e estão vinculadas ao contrato de Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI).

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

6. Contas a receber

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------|--------------|
| Locações a receber | 955 | 837 |
| Tarifas Aeroportuárias | 798 | 1.163 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) | (370) | (542) |
| | 1.383 | 1.458 |

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

| | 2023 | 2022 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial | (542) | (183) |
| Constituição de provisão | (190) | (490) |
| Reversão de provisão | 362 | 131 |
| Saldo final | (370) | (542) |

7. Tributos a recuperar

| | 2023 | 2022 |
|------------------|------------|------------|
| IRPJ a compensar | 484 | 341 |
| CSLL a compensar | 168 | 90 |
| | 652 | 431 |

8. Créditos diversos

| | 2023 | 2022 |
|---|--------------|------------|
| Adiantamento a empregados | 5 | 3 |
| Adiantamento a fornecedores | 128 | 300 |
| Cauções | 14 | 14 |
| Gastos com operação de CRI e debêntures a apropriar (a) | 4.613 | - |
| | 4.760 | 317 |
| Circulante | 147 | 317 |
| Não circulante | 4.613 | - |
| | 4.760 | 317 |

(a) Referem-se a valores decorrentes das operações de CRI e debêntures e são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo do contrato.

9. Imobilizado líquido

| | | 2023 | | 2022 | |
|----------------------------|-------------------------|--------------|-----------------------|---------------|---------------|
| | % - Taxa de depreciação | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 1.781 | (505) | 1.276 | 1.352 |
| Equipamento de informática | 10 | 466 | (225) | 241 | 315 |
| Móveis e utensílios | 20 | 162 | (72) | 90 | 104 |
| Veículos | 20 | 248 | (232) | 16 | 66 |
| | | 2.657 | (1.034) | 1.623 | 1.837 |

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

9. Imobilizado líquido--Continuação

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

| | 2023 | 2022 |
|-----------------|-------|-------|
| Saldo inicial | 1.837 | 969 |
| (+) Adições | 134 | 1.177 |
| (-) Depreciação | (348) | (309) |
| Saldo final | 1.623 | 1.837 |

10. Intangível líquido

| | | 2023 | | 2022 | |
|------------------------------------|-------------------------|---------|-----------------------|---------------|---------------|
| | % - Taxa de amortização | Custo | Amortização acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Outorgas da concessão (i) | (a) | 32.102 | (5.529) | 26.573 | 27.644 |
| (-) AVP s/ outorga | (a) | (9.316) | - | (9.316) | (9.878) |
| Softwares | 20 | 52 | (37) | 15 | 25 |
| Obras em andamento (ii) | - | 45.621 | - | 45.621 | 24.875 |
| Encargos financeiros capitalizados | | 2.364 | - | 2.364 | - |
| | | 70.823 | (5.566) | 65.257 | 42.666 |

- (a) As taxas de amortização são aplicadas com base no prazo do contrato de concessão de 30 anos.
- (i) Refere-se à outorga fixa no valor de R\$ 12.000 pago à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO a título de custeio de programas de adequação do efetivo conforme definido em contrato de concessão; e a outorga de concessão que refere-se ao valor a ser pago à AGERBA (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira parcela vencerá 5 anos após a data de eficácia (03/11/2018), as demais parcelas anuais terão seus respectivos pagamentos devidos a cada 12 meses subsequentes;
- (ii) Os gastos estão sendo realizados para reforma e ampliação do Aeroporto Jorge Amado – Ilhéus.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

| | 2023 | 2022 |
|---------------------|---------|---------|
| Saldo inicial | 42.666 | 30.295 |
| (+) Adições | 23.109 | 12.919 |
| (+) Atualização AVP | 563 | 533 |
| (-) Amortização | (1.081) | (1.081) |
| Saldo final | 65.257 | 42.666 |

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

11. Cessão de recebíveis imobiliários e debêntures

A Companhia captou recursos financeiros por meio da Cessão de Recebíveis Imobiliários (CRI) para aplicação dos recursos nas obras de melhoria do Aeroporto de Ilhéus e por meio da emissão de debêntures para reforço de caixa e estão apresentados a seguir:

| Emissão/serie | Data de emissão | Data de vencimento | Taxa de juros anual | 2023 |
|------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|---------------|
| 194ª Emissão – serie 1 | 01/08/2023 | 31/07/2035 | 10,50% + IPCA | 51.463 |
| 2ª Emissão | 29/08/2023 | 29/08/2035 | 10,50% + IPCA | 6.036 |
| | | | | 57.499 |
| Circulante | | | | 6.788 |
| Não Circulante | | | | 50.711 |
| | | | | 57.499 |

Em 28 de julho de 2023 a Companhia celebrou com a True Securitizadora S.A. (“Securitizadora”) o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Colocação Privada, da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.” (“Escritura da 1ª Emissão de Debêntures”), conforme aditada em 11 de agosto de 2023, por meio do qual a Companhia emitiu 51.000 (cinquenta e um mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, de sua 1ª emissão.

Após a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures pela Securitizadora, esta será a única titular das Debêntures, passando a ser credora de todas as obrigações, principais e acessórias, devidas pela Emissora, no âmbito da Escritura de Emissão de Debêntures.

A emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis imobiliários que resultará na emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários objeto da 194ª emissão da Securitizadora em série única (“CRI”) em relação aos quais as Debêntures serão vinculadas como lastro (“Operação de Securitização”), por meio da celebração do “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 194ª Emissão, em Série Única, da True Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.”, celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, em 28 de julho de 2023, conforme aditada em 11 de agosto de 2023 (“Termo de Securitização”).

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

11. Cessão de recebíveis imobiliários e debêntures--Continuação

Em 24 de agosto de 2023, a Companhia celebrou com o Agente Fiduciário o “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, Com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Colocação Privada, da SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.” (“Escritura da 2ª Emissão de Debêntures”), por meio do qual a Emissora emitiu 6.000 (seis mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, de sua 2ª emissão

A 1ª emissão possui vencimentos mensais a partir de 30 de agosto de 2024 até 31 de julho de 2035 e a 2ª emissão possui vencimentos mensais a partir de 26 de setembro de 2024 até 29 de agosto de 2035.

Os fatores de encargos e juros de utilização para acréscimos para os Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e para as debêntures o fator de juros anual de 10,50% conforme contrato e correção mensal pelo fator índice IPCA.

Nos contratos estão previstas diversas cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) que não são atreladas a indicadores financeiros, além de uma cláusula relacionada ao cumprimento de determinados índices e indicadores financeiros da FMFS Participações e Empreendimentos Ltda., (“FMFS”) acionista controlador da Companhia, a qual apresentamos a seguir:

- a)** Não observância, pela FMFS, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 até a Data de Vencimento, dos seguintes índices financeiros (“Índices Financeiros”), calculados anualmente de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ao término de cada exercício social, apurados a partir das demonstrações financeiras da FMFS auditadas e apresentadas ao Agente Fiduciário no prazo de 120 dias contados da data de término de cada exercício social. Os Índices Financeiros aqui mencionados serão calculados levando-se em conta os resultados consolidados auditados da FMFS.
- razão entre “Dívida Líquida/EBITDA” sendo menor ou igual a: (a) 4,00 (quatro inteiros) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (b) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (c) 3,10 (três inteiros e dez centésimos) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento;
 - Dívida Bruta menor ou igual (a) R\$ 630.000.000,00 (seiscentos e trinta milhões de reais) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (b) R\$ 570.000.000,00 (quinhentos e setenta milhões de reais) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (c) R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) para os exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2025 até a Data de Vencimento.

A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado do contrato.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

11. Cessão de recebíveis imobiliários e debêntures--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os controles financeiros elaborados preliminarmente pela Administração da FMFS, e em processo de auditoria pelos auditores independentes da FMFS, a Companhia está cumprindo os referidos indicadores.

Diante do cenário apresentado, a Administração decidiu manter inalterada a classificação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e debêntures.

12. Empréstimos e financiamentos

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--------------------------------------|-------------|---------------|
| Banco do Nordeste do Brasil S.A. (a) | - | 12.960 |
| | - | 12.960 |

- (a) Refere-se ao contrato de abertura de crédito nº 187.2021.27.6797, celebrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A e a Companhia, em 26 de maio de 2021, no valor total de R\$ 26.820, a serem promovidos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Até a data de 31 de dezembro de 2022 foram liberados R\$ 12.960. Os encargos financeiros incidentes sobre os recursos do FNE equivalem à taxa efetiva de 0,097962% a.m., além do Fator de Atualização Monetária - FAM, composto pela variação do IPCA. A amortização do principal da dívida terá início em 15/07/2024 e vencimento final em 15/06/2040. O contrato de abertura de crédito possui como garantia a fiança bancária. Com a emissão dos Certificados de recebíveis imobiliários e debêntures, tais valores foram liquidados.

13. Fornecedores

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--------------|-------------|-------------|
| Fornecedores | 4.587 | 278 |

O saldo refere-se principalmente aos fornecedores de bens e serviços da reforma e ampliação do Aeroporto.

14. Obrigações trabalhistas e sociais

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Salários a pagar | 152 | 135 |
| INSS a recolher | 72 | 64 |
| FGTS a recolher | 24 | 22 |
| IRRF a pagar | 16 | 15 |
| Provisão de férias e encargos | 356 | 332 |
| Outras obrigações trabalhistas | 13 | 13 |
| | 633 | 581 |

15. Impostos e contribuições a recolher

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|-----------------------------|-------------|-------------|
| PIS a recolher | 21 | 24 |
| COFINS a recolher | 98 | 113 |
| IRPJ a recolher | - | 143 |
| CSLL a recolher | - | 270 |
| ISS a recolher | 135 | 59 |
| Impostos retidos a recolher | 636 | 36 |
| | 890 | 645 |

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

16. Parcelamento de tributos

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------|--------------|
| Parcelamento de ISS | 12 | 36 |
| Parcelamento PIS | 59 | 76 |
| Parcelamento COFINS | 292 | 378 |
| Parcelamento INSS | 326 | 396 |
| Parcelamento PIS/COFINS | 489 | 621 |
| Parcelamento especial – Demais Débitos | 67 | 75 |
| Outros parcelamentos | 185 | 202 |
| | 1.430 | 1.784 |
| | 1.430 | 1.784 |
| Circulante | 420 | 502 |
| Não circulante | 1.010 | 1.282 |
| | 1.430 | 1.784 |

Os parcelamentos simplificados de PIS e COFINS foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1891/2019 tendo como o saldo total parcelado em 32 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (artigo 13 da Lei nº 10.522 de 19 de julho de 2002).

17. Obrigações com o poder concedente

| | 2023 | 2022 |
|-------------------------------|---------------|---------------|
| Outorga de concessão | 20.101 | 20.101 |
| Ajuste a Valor Presente (AVP) | (9.315) | (9.878) |
| | 10.786 | 10.223 |
| | 10.786 | 10.223 |
| Circulante | 763 | - |
| Não circulante | 10.023 | 10.223 |
| | 10.786 | 10.223 |

A outorga de concessão estabelecida no contrato de concessão no valor de R\$ 20.101 a ser pago a AGERBA (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) em 25 parcelas iguais anuais corrigidas pelo mesmo índice e periodicidade das tarifas aeroportuárias sendo que a primeira vencerá 5 anos após a data do início do contrato.

Não ocorreram correções nas tarifas vigentes durante o exercício.

A base de cálculo para as obrigações com o poder concedente e os critérios utilizados para o Ajuste a Valor Presente (AVP) estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.11.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

18. Partes relacionadas

| Ativo | 2023 | 2022 |
|---|--------------|---------------|
| Socicam Administração Proj. e Repr. Ltda. (a) | <u>4.578</u> | <u>-</u> |
| Passivo | | |
| | 2023 | 2022 |
| Reembolso de despesas | | |
| Socicam Administração Proj. e Repr. Ltda. | <u>175</u> | <u>19</u> |
| Conta corrente | | |
| Socicam Administração Proj. e Repr. Ltda. (a) | <u>-</u> | <u>12.445</u> |
| Dividendos a pagar | | |
| Socicam Administração Proj. e Repr. Ltda. | <u>2.001</u> | <u>1.076</u> |
| Lanças Engenharia, Com. e Construções Ltda | <u>-</u> | <u>579</u> |
| | 2.001 | 1.655 |
| | 2.001 | 14.119 |
| Circulante | <u>175</u> | <u>19</u> |
| Não circulante | <u>2.001</u> | <u>14.100</u> |
| | 2.176 | 14.119 |

- (a) Operação de conta corrente com acionistas. Nestas operações não há previsão de incidência de juros, correção monetária e não serão vencíveis no curto prazo.

19. Provisão para demandas judiciais

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas, para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

| | 2022 | Adições | 2023 |
|------------------|-------------|----------------|-------------|
| Processos cíveis | <u>-</u> | <u>122</u> | <u>122</u> |
| | <u>-</u> | <u>122</u> | <u>122</u> |

Processos possíveis

Em 31 de dezembro de 2023, os processos classificados como perda possível pelos assessores jurídicos referem-se basicamente a ações cíveis e trabalhistas, cujos valores discutidos totalizam 119 (R\$ 192 em 2022).

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social subscrito, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, é de R\$ 8.000, sendo que foi integralizado o montante de R\$ 4.000 (R\$ 2.000 em 2021). O capital social subscrito está representado por 8.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal no valor de R\$ 1 (valor expresso em Reais – R\$) cada, assim distribuído:

| | 2023 | | |
|---|------------|--------------|--------------|
| | % | Ações | R\$ |
| Socicam Adm. Proj. e Representações Ltda. | 100 | 8.000 | 8.000 |
| | 100 | 8.000 | 8.000 |

| | 2022 | | |
|---|------------|--------------|--------------|
| | % | Ações | R\$ |
| Socicam Adm. Proj. e Representações Ltda. | 65 | 5.200 | 5.200 |
| Lanças Engenharia, Com. e Construções Ltda. | 35 | 2.800 | 2.800 |
| | 100 | 8.000 | 8.000 |

Em 30 de abril de 2022 os acionistas deliberaram aumentar o capital social da Companhia em R\$ 6.000 com a emissão de 6.000.000 novas ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas parcialmente da seguinte forma: R\$ 149 mediante a utilização da reserva legal, R\$ 667 mediante a utilização das reservas de incentivos fiscais e R\$ 1.084 mediante a utilização das reservas de lucros. O registro da ata da assembleia na Junta Comercial ocorreu em 20 de abril de 2023.

20.2. Reserva legal

É constituída com base nos dispositivos legais no art. 193 da Lei nº 6.404/76 sendo destinados 5% do lucro líquido para reserva legal.

20.3. Reserva de incentivos fiscais – subvenção governamental

A Companhia goza de subvenção atrelada aos incentivos de IRPJ concedidos pelo Ministério do Desenvolvimento Regional – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais (SIEF) de acordo com o laudo constitutivo nº 0172/2021 e Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 012114161 da Receita Federal regulamentado pela IN SRF 267/2002 com alterações posteriores.

Tais incentivos têm prazo de validade até 31/12/2030 por estarem na área de atuação da SUDENE para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrados em setores da economia considerados em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento do Nordeste, no qual terão direito a redução de até 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda e adicionais calculados pelo lucro da exploração.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia destinou o valor de R\$ 667 para reserva de incentivos fiscais que foi utilizada para aumento de capital no decorrer de 2022.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.3. Reserva de incentivos fiscais – subvenção governamental-- Continuação

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a Companhia destinou o valor de R\$ 646 e R\$ 999, respectivamente, para a reserva de incentivos fiscais.

20.4. Dividendo mínimo obrigatório

É assegurado um dividendo mínimo e obrigatório de 25% calculado com base no lucro líquido ajustado pelas variações patrimoniais das reservas conforme legislação societária vigente.

A seguir apresenta-se o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:

| | 2023 | 2022 |
|---|--------------|--------------|
| Lucro líquido do exercício | 4.577 | 5.746 |
| (-) Reserva legal – 5% | (229) | (287) |
| (-) Reserva de incentivos fiscais | (646) | (999) |
| (=) Base de cálculo para os dividendos | 3.702 | 4.460 |
| Dividendos mínimos obrigatórios – 25% | 925 | 1.115 |

21. Receita operacional líquida

| | 2023 | 2022 |
|---|---------------|---------------|
| Tarifas de embarque aeroportuários - AERO | 12.050 | 12.124 |
| Tarifas de pouso e permanência - AERO | 2.060 | 3.258 |
| Pouso | 937 | - |
| Permanência | 142 | - |
| Locações | 5.383 | 5.207 |
| Estacionamento convencional | - | 84 |
| Controle de acesso aeroportuário | 59 | 42 |
| (-) Serviços cancelados | (45) | (51) |
| (-) Tributos sobre receita | (2.735) | (2.717) |
| | 17.851 | 17.947 |
| Receitas de construção | 20.745 | 12.919 |
| | 38.596 | 30.866 |

22. Custo dos serviços prestados

| | 2023 | 2022 |
|--|-----------------|-----------------|
| Custo de pessoal | (4.367) | (4.174) |
| Prestadores de serviços PJ | (2.198) | (1.727) |
| Serviços públicos | (1.155) | (829) |
| Manutenção, conservação e limpeza | (254) | (300) |
| Depreciação e amortização | (1.383) | (1.345) |
| Aluguéis | (514) | (132) |
| Seguros e fianças | (513) | (462) |
| Outros tributos, taxas e contribuições | (351) | (195) |
| | (10.735) | (9.164) |
| Custo de construção | (20.745) | (12.919) |
| | (31.480) | (22.083) |

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

23. Despesas administrativas e gerais

| | 2023 | 2022 |
|--|--------------|--------------|
| Viagens e representações | (114) | (99) |
| Despesas com veículos | (174) | (34) |
| Escritório e informática | (157) | (74) |
| (Reversão de) Perdas com créditos de liquidação duvidosa | 172 | (343) |
| Jornais, revistas e anúncios | (75) | (163) |
| Provisão para demandas judiciais | (3) | - |
| Outras despesas | (32) | (56) |
| | (383) | (769) |

24. Receitas financeiras

| | 2023 | 2022 |
|---------------------------------|------------|------------|
| Descontos obtidos | 1 | 4 |
| Juros e multas recebidos | 112 | 148 |
| Receitas aplicações financeiras | 764 | 66 |
| Outras receitas financeiras | 71 | 108 |
| | 948 | 326 |

25. Despesas financeiras

| | 2023 | 2022 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Juros pagos ou incorridos | (1.167) | (616) |
| Multas e correções | (128) | (512) |
| Desconto concedidos | - | (8) |
| Despesas bancárias | (158) | (16) |
| Outras despesas financeiras | (335) | (12) |
| | (1.788) | (1.164) |

26. Imposto de renda e contribuição social

26.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir a conciliação do imposto de renda e da contribuição social:

| | 2023 | 2022 |
|---|----------------|----------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 5.833 | 7.214 |
| Alíquota fiscal combinada | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada | (1.983) | (2.453) |
| (+) Adições | 20.939 | 13.411 |
| (-) Exclusões | (23.471) | (13.066) |
| Compensação de prejuízo fiscal | - | (234) |
| Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social | 3.301 | 7.325 |
| Imposto de renda e contribuição social (24%) | (792) | (1.758) |
| Adicional do imposto de renda (10%) | (306) | (709) |
| Incentivo fiscal – lucro da exploração – Nota 17.3 | 646 | 999 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente, líquida | (452) | (1.468) |
| Taxa efetiva | 8% | 20% |

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

26. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

26.2. Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 2023, os débitos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

| Débitos fiscais | 2023 |
|---|--------------|
| Encargos financeiros capitalizados e excluídos | 2.364 |
| Imposto de renda e contribuição social (15%) – diferido | (355) |
| Adicional do imposto de renda (10%) - diferido | (236) |
| Contribuição social (9%) – diferido | (213) |
| Imposto de renda e contribuição social – diferidos | (804) |

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

| | 2023 |
|---|--------------|
| Saldo inicial | - |
| IR/CS diferidos reconhecidos no resultado | (804) |
| Saldo final | (804) |

27. Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros descritos a seguir:

27.1. Gerenciamento de risco

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros.

A Administração destes riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

27.2. Risco de crédito e de realização

Estes riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.3. Valor de mercado dos instrumentos financeiros

As contas de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são coincidentes com os saldos contábeis e serão mantidos até o vencimento conforme intenção da Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam instrumentos derivativos a serem reconhecidos a valor justo nas demonstrações financeiras.

28. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantém cobertura de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas que são julgadas suficientes pela Administração para proteger os ativos e negócios de eventuais sinistros cuja cobertura de seguro e limite máximo de indenização está representado da seguinte forma:

- (i) Seguro garantia R\$ 16.000;
- (ii) Seguro de responsabilidade civil R\$ 10.829;
- (iii) Seguros materiais, patrimoniais e prediais R\$ R\$ 36.778.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

SPE Concessionária do Aeroporto de Ilhéus S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

29. Eventos subsequentes

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Membros da Diretoria

José Mario lima de Freitas

Diretor Presidente

Alexander Cerqueira Silva

Diretor

Eduardo Buzam Júnior

Contador – 1SP243887/O-3
